



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## REQUERIMENTO Nº 576/2021

Moção de Repúdio contra a Medida Provisória 1.031, que permite a privatização da Eletrobras, por entendermos ser um retrocesso na oferta desse serviço essencial para a população brasileira.

Os vereadores Fabi Virgílio, Filipa Brunelli, Paulo Landim, Thainara Faria, Edson Hel e Guilherme Bianco que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 208, inciso VII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araraquara, apresentam **MOÇÃO DE REPÚDIO** contra a Medida Provisória 1.031, que permite a privatização da Eletrobras, por entendermos ser um retrocesso na oferta desse serviço essencial para a população brasileira.

Considerando que a Medida Provisória 1.031/2021, que trata da privatização da Eletrobras, foi aprovada no Senado, na data 17/06/21, está tramitando no Congresso sob a forma de um projeto de lei de conversão: o PLV 7/2021. Devido às alterações feitas pelos senadores, ele terá de voltar a Câmara dos Deputados para nova votação. A Medida Provisória 1.031/2021, viabiliza a desestatização da Eletrobras, estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia que responde por 30% da energia gerada no país e 70% da distribuição dessa energia. A MP perde a validade em 22 de junho.

Importante mencionar que, antes da Eletrobras, o Brasil vivia rotina de apagões. No carnaval de 1954, os foliões brincavam nas ruas do Rio de Janeiro ao som de marchinhas que debochavam os apagões quase que diários no Brasil. Em uma delas, conhecida como “marchinha vagalume”, na voz de Violeta Cavalcanti, denunciava: “Rio de Janeiro / Cidade que nos seduz / De dia falta água / De noite falta luz”.

Um mês depois daquele carnaval, o então presidente Getúlio Vargas, em 1954, enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional que autorizava o governo a fundar uma estatal chamada de Eletrobras - como uma tentativa de finalmente colocar ordem no sistema elétrico brasileiro. Na época, Getúlio enfrentou grande oposição sendo o projeto aprovado sete anos depois, em 1962, tendo como função promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações voltadas ao suprimento de energia elétrica do país. No total, são 108 usinas em operação e 76,1 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Considerando que a Eletrobras é uma empresa global com foco em energia limpa. Maior companhia do setor elétrico da América Latina, ela é responsável por cerca de um terço da energia elétrica do Brasil e metade das linhas de transmissão que cortam o território nacional.

Presente em todas as regiões brasileiras, a Eletrobras lidera um sistema composto por empresas de geração e transmissão, distribuidoras no Norte e Nordeste do país,



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

um centro de pesquisas de energia elétrica, uma empresa de participações e metade do capital da Itaipu Binacional.

A Eletrobras também gerencia programas estratégicos do governo brasileiro no setor de energia elétrica, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A privatização causará impacto sobre a Bahia, que além de deter maior capacidade instalada de fontes eólica e solar e uma grande capacidade para expansão, sedia empresas que produzem equipamentos e prestam serviços para as usinas. Outros Estados do Nordeste também serão prejudicados, como o Rio Grande do Norte e o Piauí – que possui o maior parque solar da América Latina.

É notório que toda privatização implode em um aumento no número de terceirizados, tendência à precarização do trabalho, com a Eletrobras não seria diferente. De acordo com os especialistas Dalila Calisto e Gilberto Cervinski, em artigo publicado em Carta Capital, a MP poderá provocar um aumento de 20% nas contas de luz, por um período de 30 anos de concessão. Segundo os estudiosos, as usinas da Eletrobras vendem energia a preços menores que as empresas privadas: enquanto a estatal cobra 65 reais por 1.000 kWh, as usinas privatizadas estipulam em média 250 reais pela mesma quantidade.

A privatização da Eletrobras representará a perda de controle sobre a energia elétrica do país, que ficará nas mãos de gestores privados, em grande parte de estrangeiros. Eles terão controle não somente sobre a energia elétrica, mas também sobre a vazão de rios, o que envolve a gestão dos múltiplos usos das águas, como irrigação e navegação, sendo por isso temerária no que tange a manutenção da soberania do país.

Importante mencionar que a privatização provoca o desmonte do Estado, sendo um ataque contra a soberania nacional. A agenda econômica praticada pelo governo Bolsonaro e sua equipe, comandada por Paulo Guedes, que tem como objetivo reduzir o Estado através da privatização de empresas públicas/estatais, terceirização de serviços públicos e entrega do patrimônio nacional ao setor privado.

O resultado dessa política é desestruturar o Estado, e com isso a sociedade passa a ser totalmente dependente aos interesses privados em áreas como abastecimento de água e energia elétrica, política monetária, e outras. A soberania nacional será comprometida com a entrega às multinacionais, da gestão e do desenvolvimento de sistemas que controlam dados estratégicos do país.

Defender as empresas públicas é defender a soberania nacional!

Requeremos satisfeitas as formalidades regimentais, seja oficiado aos sindicatos de trabalhadores da Eletrobras, a fim de que tome conhecimento da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** desta Câmara Municipal de Araraquara, em razão da Medida Provisória 1.031, que permite a privatização da mesma.

Requeremos, ainda, seja dado conhecimento desta Moção de Repúdio a Câmara de Deputados e ao Senado Federal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 21 de junho de 2021.

FABI VIRGÍLIO, EDSON HEL, FILIPA BRUNELLI, GUILHERME BIANCO, PAULO LANDIM,  
THAINARA FARIA